

A Política de (Des)Estabilização Econômica do Plano Real: um balanço do governo FHC*

Tatiana Brettas*

Os mecanismos que levaram a uma intensificação no fluxo dos mercados financeiros mundiais a partir da década de 1970 e seus desdobramentos nas décadas subseqüentes – como a incorporação dos chamados “mercados emergentes” vinte anos depois – são de fundamental importância para entender as características das políticas econômicas adotadas na década de 1990 na América Latina como um todo e no Brasil em especial.

Em geral, estas políticas combinaram “reformas estruturais” (os chamados ajustes macroeconômicos) e “políticas conjunturais” (nas quais se insere a política de estabilização), de modo que suas características e principais desdobramentos merecem nossa atenção.

A desregulamentação e a abertura das economias na periferia do sistema capitalista, legitimada e estimulada pela expansão do neoliberalismo, nos parece ser mais um momento do processo de globalização financeira e de fortalecimento de uma inserção subordinada. Este processo caminhou no sentido de superar a crise na produção que se abateu nas economias centrais nas décadas imediatamente anteriores, bem como de alterar o “modelo” de desenvolvimento adotado até então, objetivando recuperar as altas margens de rentabilidade do capital.

Na América Latina, não por acaso, os planos de estabilização dos principais países têm em comum diversas medidas, dentre elas, a desregulamentação financeira, abertura da economia, políticas de ajuste fiscal, austeridade monetária e privatização. Muitas das medidas adotadas no Brasil – das quais o Plano Real é a sua maior expressão –, apesar de levarem em conta as particularidades internas, vão na mesma direção deste movimento de integração financeira e constituem elemento fundamental para o entendimento do que chamamos de vulnerabilidade externa, tão discutida ao longo da década de 1990 e ainda tema recorrentemente considerado na academia e fora dela.

Chamamos, portanto, a atenção para o processo de implementação do Plano Real e seus principais desdobramentos entendendo-o como elemento fundamental na construção das bases de um novo modelo de inserção brasileira na dinâmica de acumulação global.

O quadro de estagnação da década de 1980 ajudou a criar um ambiente extremamente propício para o ataque generalizado ao Estado e a tudo que estivesse a ele relacionado, desde as empresas estatais e os funcionários públicos até as conquistas sociais como aposentadoria, direitos trabalhistas e etc. A década de 1990 já se inicia com estas idéias tomando, cada vez mais, um formato de verdade, “óbvia e inquestionável”. Em 1994, Fernando Henrique Cardoso foi eleito em primeiro turno com uma Proposta de Governo intitulada “Mãos à obra, Brasil”, na qual afirmava claramente ser “condição indispensável [...] a manutenção de uma política macroeconômica consistente, que compreenda o controle da inflação e do déficit público, a abertura da economia, a desregulamentação e a privatização”¹. Aqui também, como em toda a década de 1980, estava presente a idéia de que, qualquer política monetária voltada para a estabilização de preços deveria vir acompanhada por um forte ajuste fiscal, dado que o gasto público é tido como o principal causador da inflação.

As medidas de caráter recessivo adotadas se expressavam em uma política fiscal restritiva, marcada pelo corte de gastos – fundamentalmente com a folha de pagamentos, incluindo contenção salarial e demissões, e com investimentos – e aumento da carga tributária. Estas medidas foram tornando-se mais rigorosas a cada crise pela qual passava a economia brasileira. A intenção

* O presente artigo é parte da dissertação de mestrado – de mesma autoria – intitulada A Internacionalização do Capital e o Plano Real: uma análise político econômica do Governo FHC apresentada à Escola de Serviço Social da UFRJ, sob orientação do prof: Aloísio Teixeira, em 2005.

* Economista, mestre e professora do Departamento de Economia do *campus* Avançado Maria Elisa de A. Maia (CAMEAM) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

¹ Fernando Henrique Cardoso, citado por Emir Sader. *O Anjo Torto: Esquerda (e Direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

era sempre a de demonstrar para os investidores estrangeiros a capacidade de financiamento tanto interno quanto externo.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística², depois de uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto de 0,79% em 1999, a economia voltou a dar sinais de aumento da atividade, fechando o ano de 2000 com um crescimento de aproximadamente 4,4%. O desaquecimento da economia voltou, entretanto em 2001 – principalmente no segundo semestre – reduzindo a taxa de crescimento para 1,42%.

Por todos os lados, a pressão para aumentar a concentração de renda e o desemprego, reduzir o nível da atividade econômica, a deterioração das contas públicas (com aumento das dívidas interna e externa) se fizeram sentir. O aumento da miséria, a retração do Estado e a desarticulação do parque industrial foram alguns dos custos que a sociedade brasileira pagou pela estabilidade de preços.

Um balanço da década de 1990 nos permite analisar os efeitos da adoção do receituário neoliberal – que começa no início da década e ganha força e expressão em 1994, com a implementação do Plano Real – para o Brasil. O desempenho econômico desta década foi menor do que o de qualquer outra década do século XX, inclusive a década de 1980, conhecida como a “década perdida”³.

Podemos perceber, portanto, que, apesar da relativa estabilidade dos preços, a instabilidade econômica articulada à queda da atividade, produziram efeitos extremamente danosos para os níveis de emprego e renda. Mas não é apenas com a falta de empregos que devemos nos preocupar, uma outra questão, que se coloca com gravidade cada vez maior, é a qualidade do emprego. O crescimento do emprego temporário, parcial, em domicílio, informal, e outras tantas formas de expressão da precariedade das condições de trabalho, ganhou força nos últimos anos da década de 1990 e avançou para o início do século XXI. Este fato contribuiu para fragilizar e desarticular a organização dos trabalhadores, situação esta que criou um ambiente favorável para a intensificação destas mudanças. Um movimento de mútua influência que vem deteriorando as condições de vida de um número cada vez maior de pessoas.

Um dos grandes desafios é o resgate do potencial combativo das organizações de trabalhadores. As possibilidades de construção de um projeto alternativo têm, portanto, esbarrado nos limites próprios da preocupação primária com a garantia das condições de reprodução da vida material, agravadas pelos desdobramentos do processo de estabilização monetária.

A redução dos recursos da esfera pública e a reorientação da atividade estatal, marcada pela redefinição das políticas sociais, se mostraram cada vez menos capazes de arcar com todo o ônus produzido pela política econômica do governo. Esta relação pode ser identificada, no período que estamos estudando, por meio da análise do caminho encontrado pelo governo para dar conta dos “efeitos indesejáveis”, fruto das medidas econômicas adotadas. As estratégias de enfrentamento pautaram-se no desenvolvimento e fortalecimento de políticas sociais fragmentadas, focalizadas e pontuais, marcadas pelo assistencialismo e, muitas vezes, pelo clientelismo. Políticas que, pelo caráter emergencial – por mais que tenham sua carga de contribuição – não atuam de forma estrutural na resolução dos problemas, centrando esforços em ações paliativas e temporárias.

Estas mudanças, sumariamente elencadas acima, fazem parte de um processo de recomposição da ordem burguesa e convergem na direção de uma reconfiguração do Estado brasileiro. Em resumo, os encaminhamentos da política econômica conduziram a um estrangulamento das possibilidades de crescimento econômico, ao aumento da vulnerabilidade externa e à retração do Estado. Estas questões estão articuladas ao avanço da privatização e à desarticulação da estrutura produtiva nacional e das políticas sociais, reforçando o enfraquecimento do potencial combativo dos trabalhadores por meio da deterioração das condições de vida.

² Dados do IBGE, publicados no Anuário estatístico do Brasil. V.62. Rio de Janeiro, 2002.

³ ver Jorge Mattoso. *O Brasil Desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. (Coleção Brasil Urgente).